

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 15 a 19 de dezembro de 2025, em Brasília.

REFORMA TRIBUTÁRIA, PL ANTIFACÇÃO, DOSIMETRIA E ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados, a regulamentação da reforma tributária ocupa espaço relevante na agenda da semana. O foco está no [PLP 108/2024](#), que disciplina o funcionamento do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e retornou do Senado com emendas. O texto deve ser debatido em reunião de líderes com o relator, deputado Mauro Benevides Filho (PDT/CE), com expectativa de encaminhamento ao plenário antes do recesso. O avanço do projeto é acompanhado de perto em razão do cronograma de implementação da reforma, que prevê o início dos testes operacionais e da adaptação dos sistemas a partir de janeiro de 2026, além do encerramento, em 31 de dezembro de 2025, do mandato do comitê gestor provisório. No parecer preliminar, o relator sinaliza a retirada da Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo, a manutenção do teto de 2% para o Imposto Seletivo sobre bebidas açucaradas e a preservação da composição paritária do Comitê Gestor, com 27 representantes dos estados e do Distrito Federal e 27 dos municípios, eleitos por chapas vinculadas à Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos e à Confederação Nacional de Municípios.

Na mesma Casa, o PL Anti-Facção retorna à pauta após aprovação do Senado com modificações. O substitutivo relatado pelo senador Alessandro Vieira (MDB/SE) endurece o tratamento penal a facções e milícias, com aumento de penas, regras mais rígidas de progressão de regime e cumprimento obrigatório de pena por líderes em presídios federais. O Senado suprimiu dispositivos considerados inconstitucionais, retirou a tipificação do “domínio social estruturado” e rejeitou a equiparação dessas organizações ao crime de terrorismo. O texto também ampliou instrumentos de investigação e incluiu fonte específica de financiamento para a segurança pública por meio de contribuição incidente

sobre apostas on-line, devolvendo a matéria à Câmara para nova deliberação.

No Senado Federal, a semana é marcada pela incerteza em torno da tramitação do Projeto de Lei da Dosimetria. A proposta, aprovada pela Câmara dos Deputados, está pautada na Comissão de Constituição e Justiça, com relatoria do senador Esperidião Amin (PP-SC), e há expectativa de deliberação ainda nesta semana, embora pedidos de vista possam alterar o calendário. O texto modifica regras de progressão de regime e de cálculo de penas, inclusive ao unificar crimes contra o Estado Democrático de Direito, o que pode reduzir o tempo mínimo de cumprimento de pena em determinadas hipóteses. Senadores de diferentes espectros políticos manifestaram preocupação com o alcance da proposta, diante da avaliação de que seus efeitos se estendem a crimes não relacionados aos atos de 8 de janeiro, como delitos ambientais e patrimoniais, o que tem alimentado pressões para o adiamento da votação para 2026. No fim de semana, manifestações contrárias ao PL foram registradas em diversas cidades do país, com concentração maior de público em centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Apesar da mobilização e das críticas, a presidência do Senado mantém a matéria formalmente na pauta, com indicação de conclusão ainda neste ano legislativo.

No Congresso Nacional, o Orçamento de 2026 está na pauta da semana. A sessão conjunta de deputados e senadores está prevista para quinta-feira, com possibilidade de antecipação mediante acordo político, após a apreciação final pela Comissão Mista de Orçamento. A tramitação ocorre após meses de atraso e em meio a negociações sobre o calendário de pagamento das emendas parlamentares, tema sensível em razão das restrições impostas pelo ano eleitoral. A aprovação da Lei Orçamentária Anual é tratada como etapa necessária para o encerramento dos trabalhos legislativos de 2025.

Destaque da Semana

Segunda-
Sexta

- **15ª Semana de Infraestrutura da Internet**, promovido pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (**NIC.br**) e pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (**CGI.br**), o evento terá na programação o 19º IX Fórum, o 54º

encontro do Grupo de Trabalho de Engenharia de Redes e Segurança (GTER), o 40º encontro do Grupo de Trabalho de Segurança (GTS), além do Fórum BCOP-ICANN – edição especial DNS.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – **Luiz Inácio Lula da Silva** participou nesta segunda (15), da cerimônia de **Inauguração da nova sede da ApexBrasil** e ato alusivo à abertura de 500 novos mercados para a exportação de produtos agropecuários.

Após, reuniu-se com o Procurador-Geral da República, **Paulo Gonet**. Também teve reunião com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, **Guilherme Boulos** e com o ministro da Justiça e Segurança Pública, **Ricardo Lewandowski**.

Na quinta (17), preside a última **reunião ministerial** de 2025.

Vice-Presidência da República

Agenda do vice-presidente – **Geraldo Alckmin** participou nesta segunda (15), da cerimônia de **Inauguração da nova sede da ApexBrasil** e ato alusivo à abertura de 500 novos mercados para a exportação de produtos agropecuários.

Pela tarde, reuniu-se com **Anderson Farias** (PSD/SP), prefeito de São José dos Campos. Por fim, participou do evento **Prêmio Band Cidades Excelentes**.

Casa Civil

Agenda do ministro – **Rui Costa** concedeu, nesta segunda (15), entrevista ao jornal Bahia no Ar. Após, realizou visita técnica às obras de macrodrenagem do Canal Mangabeira, em Salvador (BA).

Na quinta (17), participa da última **reunião ministerial** de 2025.

CGU Controladoria-Geral da União

Agenda do ministro – **Vinicius Marques de Carvalho** participou, nesta segunda (15), da **11ª Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção**.

MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

Agenda internacional

- ✓ Nova Iorque (**EUA**) – High-level Meeting of the General Assembly on the overall review of the implementation of the outcomes of the WSIS+20.

MCom Ministério das Comunicações

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

Agenda internacional

- ✓ Nova Iorque (**EUA**) – Digital@UNGA, WSIS+20 Edition e Revisão geral da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI/WSIS) +20 pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

MF

Ministério da Fazenda

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda do presidente – **Gabriel Galípolo** tem previsão de despachos internos em Brasília.

Agenda dos diretores – Os diretores de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução, **Renato Gomes**, e de Fiscalização, **Ailton de Aquino Santos**, participaram de reunião de definição do escopo do **Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP)** conduzido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial.

Os diretores de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos, **Paulo Picchetti**, e de Regulação, **Gilneu Vivan**, reuniram-se com representantes do FMI e do Banco Mundial. Os demais diretores têm previsão de despachos internos.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2025 aumentou para **US\$ 62,85 bilhões** de resultado positivo.

Boletim Focus – Para o **IPCA**, a expectativa diminuiu para **4,36%**. No caso do **PIB 2025**, os economistas do mercado financeiro mantiveram a estimativa de crescimento em **2,25%**. A projeção para a taxa de câmbio do dólar permaneceu em **5,40**.

MGIMinistério da Gestão e Inovação
em Serviços Públicos

Agenda da ministra – **Esther Dweck** participa, nesta terça (16) do programa **“Bom Dia, Ministra” da TV Brasil**, onde discorrerá sobre o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), a nova Estratégia Nacional de Contratações Públicas e o cadastro biométrico de usuários de benefícios sociais. A entrevista também será transmitida pelo [Canalgov ao vivo youtube](#).

MJSPMinistério da Justiça e
Segurança Pública**ANPD**
Autoridade Nacional de
Proteção de Dados

Agenda do ministro – **Ricardo Lewandowski** reuniu-se, às 17h, dessa segunda-feira (15), com o presidente **Lula**, no Palácio do Planalto.

A comissão mista que analisa a [Medida Provisória \(MP\) 1317/25](#), que transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados em Agência Nacional de Proteção de Dados (**ANPD**), reúne-se nesta terça-feira (16) para votar o parecer do relator, senador **Alessandro Vieira** (MDB/SE). A comissão é presidida pelo deputado **Reginaldo Lopes** (PT/MG).

MREMinistério das Relações
Exteriores

Agenda do ministro – **Mauro Vieira** participou, nesta segunda-feira (15), da **inauguração da nova sede da ApexBrasil** e do ato alusivo à abertura de 500 novos mercados para a exportação de produtos agropecuários.

Ao longo do dia, cumpriu agenda interna com reunião de coordenação, despachos no gabinete e encontros institucionais, incluindo reunião com o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), **Antonio Ricardo Alvarez Alban**, além de audiências com o embaixador do Brasil em Cuba,

Christian Vargas, e com representantes das áreas de comunidades brasileiras, assuntos consulares, jurídicos e da América Latina e Caribe – *respectivamente, as embaixadoras Marcia Loureiro e Gisela Maria Figueiredo Padovan.*

Poder Legislativo

Congresso Nacional

O **Plenário do Congresso Nacional** deve realizar sessão conjunta nesta quinta-feira (18) para deliberação da LDO.

Câmara dos Deputados

O **Plenário da Câmara dos Deputados** ainda não divulgou a pauta deliberativa da semana.

Senado Federal

O **Plenário do Senado Federal** poderá apreciar, dentre outros, o [PL 2162/2023](#) (*Dosimetria*).

Comissões

TECNOLOGIA

Proteção Digital de Crianças e Adolescentes

Câmara | GTAMBDIG | Terça (16) | 10h

Reunião – O Grupo de Trabalho destinado a estudar e propor soluções legislativas acerca da **proteção de crianças e adolescentes em ambiente digital** realiza reunião para **apresentação do Relatório Final**. Participam da mesa de abertura o presidente da Câmara dos Deputados, deputado **Hugo Motta**; a coordenadora do Grupo de Trabalho, deputada **Rogéria Santos**; e o secretário da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude, deputado **José Airton Félix Cirilo**, além de parlamentares integrantes do colegiado e de criança ou adolescente a ser selecionado. Na sequência, compõem a segunda mesa o diretor-presidente da Agência Nacional de Proteção de Dados (**ANPD**), **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**; o diretor de Segurança e Prevenção de Riscos no Ambiente Digital da Secretaria Nacional de Direitos Digitais do Ministério da Justiça, **Ricardo de Lins e Horta**; a secretária nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, **Pilar Lacerda**; a representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (**UNICEF**), **Luiza Teixeira**; a representante do Instituto Alana, **Ligia Moraes**; o coordenador-geral de Combates a Fraudes Cibernéticas da Polícia Federal, **Valdemar Latance Neto**; e o representante da Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, **Lucas Lopes**, dentre outros.

Senado | CM MP 1317/2025 | Terça (16) | 13h00

Agência Nacional de Proteção de Dados

Reunião Deliberativa – A Comissão Mista destinada a examinar a [MP 1317/2025](#) (*transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados em*

Agência Nacional de Proteção de Dados – ANPD) reúne-se para votar o parecer do relator. A medida provisória insere a ANPD no rol das agências reguladoras previsto na [Lei nº 13.848/2019](#), conferindo-lhe autonomia funcional, técnica, decisória, administrativa e financeira, além de consolidá-la como regulador independente da proteção de dados no Brasil. O colegiado é presidido pelo deputado **Reginaldo Lopes** (PT/MG) e tem como relator o senador **Alessandro Vieira** (MDB/SE).

TRABALHISTA

Câmara | CTRAB | Segunda (15) | 14h

Escala de Trabalho 6x1

Seminário – A Comissão de Trabalho realiza seminário para debater o tema “**Alternativas para o fim da escala de trabalho 6x1**”, com foco nos impactos econômicos, jurídicos, sociais e nas relações de trabalho. Participam do debate o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, **Tadeu Leite**; o representante da Central Única dos Trabalhadores (**CUT**), **Valeir Ertle**; o economista e técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (**DIEESE**), **Frederico Melo**; o representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (**CNC**), **Roberto Lopes**; o representante do Sindicato dos Comerciários de Belo Horizonte e Região (**SECBH**), **João Pedro Periard**; o professor do Departamento de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares (**UFJF/GV**), **Jean Ramos**; o representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (**FIEMG**), **Flávio Roscoe**; o professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares (**UFJF/GV**), **Vinicius de Azevedo Couto Firme**; o superintendente Regional do Trabalho em Minas Gerais, **Carlos Alberto Menezes de Calazans**; o professor do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da **UFMG**, **Helian Nunes**; a professora titular de Direito do Trabalho da **UFOP** e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania (**UnB/CNPq**), **Amaury Cesar Alves**; o analista judiciário do **TRT** e autor de tese sobre redução da jornada de trabalho, **Guilherme Carvalho Barboza Elias**; o diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada de Minas Gerais (**SITICOP-MG**) e presidente da Federação dos Urbanitários de Minas Gerais, **Eduardo Armond**; o coordenador da **Fundacentro/MG**, **Gilson Reis**; o representante do Movimento Vida Além do Trabalho em Minas Gerais, **Lucas Sidrach**; e o docente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da **UNIFAL-MG** e dos programas de pós-graduação em Políticas Públicas e Economia, **Dimitri Augusto da Cunha Toledo**, dentre outros.

Política

PL da Dosimetria: Alessandro Vieira prepara relatório pela rejeição. O projeto de lei que altera as regras de dosimetria das penas e pode reduzir o tempo de prisão de condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro avançou para o centro das tensões no Senado. A proposta, que está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e do Plenário na próxima quarta-feira, é criticada por senadores que apontam falhas estruturais no texto aprovado pela Câmara dos Deputados e alertam para efeitos que vão muito além dos crimes ligados

aos ataques às instituições democráticas. Um dos principais críticos é o senador Alessandro Vieira (MDB-SE), que classificou o projeto como tecnicamente insustentável. Segundo ele, o texto afrouxa o tratamento penal de forma generalizada, contrariando o discurso político que justificou sua aprovação na Câmara. "O texto do PL da Dosimetria carrega vícios insanáveis, em especial por afrouxar o tratamento penal para crimes diversos daqueles declarados pelos deputados. Vou apresentar voto em separado pela rejeição total do projeto, buscando a construção de soluções técnicas para o tema", escreveu o senador nas redes sociais. [Fonte:](#) Congresso em Foco.

Orçamento, segurança e STF: Congresso encerra o ano sob pressão. O Congresso Nacional entra na última semana de votações do ano sob forte pressão política, institucional e social. Às vésperas do recesso parlamentar, marcado para 23 de dezembro, deputados e senadores concentram uma agenda carregada de temas sensíveis — do Orçamento de 2026 à segurança pública, passando por projetos fiscais e pela controversa proposta que reduz penas de condenados por tentativa de golpe de Estado, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro. A semana final ocorre em meio a um ambiente de desgaste entre os Poderes, cobrança do STF, mobilização da sociedade civil e tensões internas nas duas Casas. O ritmo acelerado e o acúmulo de decisões de alto impacto fazem com que parlamentares já falem em "semana de tudo ou nada", com reflexos diretos no ano eleitoral de 2026. [Fonte:](#) Congresso em Foco.

Senado vota adesão do Brasil a fundo de investimentos do BID. O Senado vota na próxima semana a adesão do Brasil ao fundo de investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Fundo Multilateral de Investimentos é considerado importante [fonte](#) de recursos para o desenvolvimento do setor privado na América Latina e Caribe. O Fumin banca projetos nas áreas de microcrédito, apoio a pequenas e médias empresas e cadeias produtivas, capacitação de mão de obra, capital de risco e parcerias público-privadas. [Fonte:](#) Agência Senado.

Economia

Reforma tributária: relator muda texto do IBS e Câmara acelera votação. A Câmara deve concluir a votação da segunda etapa da regulamentação da reforma tributária, considerada decisiva para viabilizar a implementação do novo sistema de impostos sobre o consumo a partir de 2026. Em análise está o projeto de lei complementar ([PLP 108/2024](#)) que define as regras de funcionamento do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O relator da proposta, deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), apresentou um parecer preliminar sobre o texto que retornou do Senado com modificações. O relatório será debatido com líderes partidários e pode ser levado ao plenário no mesmo dia, a depender de acordo político. A pressa tem motivo. A partir de janeiro de 2026, começam os testes operacionais e a adaptação de sistemas para os novos tributos criados pela reforma. Sem a aprovação do projeto até o fim de 2025, estados e municípios alertam para o risco de insegurança jurídica e atraso na transição. [Fonte:](#) Congresso em Foco.

'Prévia do PIB' mostra recuo de 0,2% da economia brasileira em outubro, divulga BC. O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), considerado como prévia do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), recuou 0,2% em outubro, em relação ao mês anterior, divulgou o Banco Central (BC). Mesmo assim, o resultado representa um aumento de 0,4% na comparação com o mesmo mês de 2024. O recuo vem após a atividade econômica fechar o primeiro semestre com alta de 1,3%, na série com ajuste sazonal. Com o resultado de outubro a prévia do PIB alcançou 109,6 pontos. [Fonte:](#) O Globo.

Economia do País jamais poderia ser um problema para a reeleição de Lula, diz Haddad. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad disse que ao assumir o cargo, avaliou, junto a outros ministros, que a economia do País jamais poderia ser um problema para a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Durante recebimento de homenagem do grupo Prerrogativas, em São Paulo, Haddad lembrou uma colocação feita pelo próprio presidente Lula mais cedo, durante cerimônia de inauguração do canal de televisão SBT News, de que o prognóstico recente de economistas não deu certo e que o que deu certo foi o Brasil. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo.

Judiciário

Confira a pauta da semana do STF. O Supremo Tribunal Federal (STF) retomará, na próxima quarta-feira (17) o julgamento conjunto das ADIs [5.553](#) e [7.755](#), que discutem a constitucionalidade de benefícios fiscais aplicados a agrotóxicos, após sucessivas suspensões; o relator, ministro Edson Fachin, votou pela procedência das ações e pela inconstitucionalidade das cláusulas 1ª e 3ª do Convênio Confaz 100/1997, da alíquota zero de IPI prevista no [Decreto nº 11.158/2022](#) e de trecho da [Emenda Constitucional nº 132/2023](#), enquanto o ministro André Mendonça abriu divergência parcial e reconheceu a constitucionalidade dos incentivos fiscais no âmbito da política agrícola, propondo, ainda, prazo de 180 dias para reavaliação da política tributária pelos entes competentes, o que gerou posicionamentos favoráveis e contrários entre os demais ministros, culminando na suspensão do julgamento em 19 de novembro. No julgamento da constitucionalidade da [Lei nº 14.701/2023](#), o Supremo Tribunal Federal (STF) analisa, no plenário virtual, ações que discutem a tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas. O ministro Gilmar Mendes, relator, votou contra a aplicação do marco temporal, reconhecendo a omissão inconstitucional da União no cumprimento do art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e defendendo a adoção de medidas estruturais e transitórias para enfrentar os conflitos fundiários, à luz da Constituição Federal, do [Tema 1.031](#) da repercussão geral e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O ministro Flávio Dino acompanhou o relator, com ressalvas, ampliando os dispositivos da lei que considera inconstitucionais e afirmando que qualquer tentativa de instituir o marco temporal viola os direitos originários dos povos indígenas previstos no art. 231 da Constituição Federal. Dino também propôs a ampliação do prazo para cumprimento das determinações relativas às demarcações, diante da complexidade das providências. O julgamento segue em curso, com término previsto para 18 de dezembro. O Plenário do Superior Tribunal de Justiça (STJ) indicou os ministros Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Gastaldi Buzzi como, respectivamente, integrante efetivo e substituto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Villas Bôas Cueva assumirá a vaga deixada pela ministra Isabel Gallotti, que encerrou seu biênio em 21 de novembro, enquanto Marco Buzzi passará a ocupar a suplência após a posse do novo titular. [Fonte:](#) Foco – Relações Governamentais com informações de ASCOM STF

Agenda do STF: Corte termina ano julgando reforma da Previdência, multa confiscatória e imunidade fiscal. O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para a próxima quinta-feira a retomada do julgamento sobre a validade de regra da Reforma da Previdência de 2019 para aposentadoria por incapacidade, que substituiu a aposentadoria por invalidez. Cinco ministros já votaram para afastar o cálculo que é menos favorável aos aposentados, inclusive na comparação com o afastamento temporário ou por acidente de trabalho. Quatro votaram para manter. Faltam dois votos. No julgamento os ministros analisam se o pagamento de aposentadoria por incapacidade permanente, por causa de doença grave, contagiosa ou incurável, deve ser feito de forma integral ou, como estipulou a reforma, até o limite de 60% da média dos salários do trabalhador quando a incapacidade não tiver sido causada por acidente de trabalho. [Fonte:](#) Valor Econômico.

Cenário Internacional

China reforça fiscalização digital e eleva tributos do e-commerce. Os pagamentos de impostos por comerciantes em plataformas on-line aumentaram 12,7% em relação ao ano anterior no 3º trimestre, à medida que as operadoras de plataformas começaram a enviar dados tributários de fornecedores às autoridades pela 1ª vez em outubro, informou a STA (sigla para Administração Estatal de Tributação da China) na 2ª feira. Lian Qifeng, funcionário da STA, disse em uma entrevista a jornalistas que a maioria dos comerciantes nas plataformas completou suas declarações fiscais do trimestre. Aqueles cuja renda autodeclarada era significativamente inferior aos números fornecidos pelas plataformas foram notificados pelas autoridades fiscais, e a grande maioria corrigiu suas declarações. Ele afirmou que a conformidade tributária melhorou consideravelmente e que a diferença de carga tributária entre comerciantes on-line e off-line diminuiu. [Fonte:](#) Poder 360.

Último Foco

Investimentos em data centers estão paralisados por incerteza sobre tributos, diz entidade. Os investimentos em data centers estão paralisados enquanto as empresas esperam pela votação da medida provisória do Redata, regime tributário especial para o setor, segundo a ABDC (Associação Brasileira de Data Center). De acordo com empresários do setor e representantes das big techs, as incertezas jurídicas causadas pela resolução da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), que começou a exigir a certificação desses equipamentos, acrescidas da demora em aprovar o Redata estão emperrando investimentos. O programa reduz a zero a alíquota dos impostos federais dos produtos comprados pelas empresas que estiverem construindo esses complexos no país. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo.

BNDES aprova R\$ 27,5 mi para modernizar com IA os sistemas de gestão da Benner. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 27,5 milhões para a Benner modernizar seus sistemas de gestão. O crédito, com recursos do programa BNDES Mais Inovação, corresponde ao total a ser investido no projeto, que, além de incorporar inteligência artificial (IA) e técnicas de automação, como a automação robótica de processos (RPA em inglês), prevê a contratação de 61 novos profissionais qualificados para pesquisa e desenvolvimento (P&D). [Fonte:](#) ASCOM BNDS.

Brasil teve desindustrialização extremamente precoce em setores mais tecnológicos. A desindustrialização extremamente prematura dos setores de maior intensidade tecnológica no Brasil, como montadoras de veículos, metalúrgicas e a indústria química e petroquímica, bloqueou o desenvolvimento do país. E será muito difícil recuperar o tempo e o espaço perdido para outros países. Essa é a conclusão de um estudo publicado pelo Nereus, Núcleo de Economia Regional e Urbana da USP. Setores de menor intensidade tecnológica, como as indústrias de alimentos e bebidas, têxtil e de madeira, por outro lado, entraram em processo de desindustrialização em momento posterior ao indicado como "normal ou natural" para os padrões internacionais. O estudo "Nem toda desindustrialização é igual: por que a composição setorial da manufatura importa?", de autoria de Paulo César Morceiro, Milene Simone Tessarin e André Nassif, faz uma análise inédita do fenômeno para o Brasil, utilizando dados sobre a perda de participação da indústria no emprego total de 1985 a 2022. Um trabalho anterior dos dois primeiros autores analisou o setor como um todo, pela perspectiva do seu peso no PIB (Produto Interno Bruto). [Fonte:](#) Folha de S. Paulo.

Brasil tem recorde de escolas com a conectividade monitorada. O Brasil alcançou, em 2025, um marco histórico no monitoramento da conectividade escolar ao atingir 109,9 mil escolas públicas com o Medidor Educação Conectada instalado. Dessas, 102,9 mil registraram medições ativas ao longo do ano, o que corresponde a aproximadamente 74,7% do total de escolas com medidor, representando o maior número desde a criação do monitoramento. O medidor, desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o NIC.br, integra a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas e se consolidou como instrumento essencial para acompanhar, de forma contínua e precisa, a qualidade real da internet disponibilizada pelas redes de ensino. O crescimento expressivo do número de escolas com medições ativas é importante, porque fortalece a precisão dos diagnósticos sobre velocidade, estabilidade e disponibilidade do serviço de internet destinado para uso pedagógico. Esses registros apoiam as ações do MEC, do Ministério das Comunicações, dos estados e dos municípios, influenciando investimentos, ajustes de fornecedores, implementação de wi-fi interno e decisões estratégicas de políticas nacionais e parcerias com órgãos como a Anatel. Ao ampliar a base de monitoramento, o País fortalece o pacto federativo da conectividade, reduz assimetrias informacionais e garante que gestores públicos tomem decisões mais qualificadas. [Fonte:](#) Agência Brasil

Brasil ampliou gastos em saúde, habitação e educação em 2024, aponta relatório Cofog. O Tesouro Nacional, em parceria com a Secretaria de Orçamento Federal (Sof/MPO, divulgou a terceira edição do Cofog, o relatório de análise da despesa do governo geral estruturado pela Classificação de Funções de Governo. O documento usa metodologia internacional desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para permitir a comparação padronizada das despesas públicas entre países. Examina o comportamento do gasto público brasileiro em 2024 e apresenta um panorama comparativo internacional a partir das informações mais recentes disponíveis, referentes a 2023. [Fonte:](#) ASCOM MF.